

Artigo Expandido

Proteja Amazônia: Ação em rede para enfrentamento das violações de direitos humanos e ambientais na Amazônia.

Caio Mota; Karla Dilascio; João Andrade

RESUMO

Proteja Amazônia é uma plataforma que atua para fortalecer Povos e Comunidades Tradicionais no monitoramento e proteção de seus territórios impactados por grandes empreendimentos de infraestrutura e que lutam pelo direito à terra. Chamamos de plataforma nossa estrutura de trabalho, cujos pilares são a cultura digital, a atuação em rede, os direitos humanos e a justiça socioambiental. A partir da cultura digital aliada à atuação territorial iniciamos a elaboração de nossa ferramenta digital de vigilância territorial, comunicação e responsabilização das violações de direitos humanos e ambientais cometidas por grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, com foco na bacia do Tapajós. Nossa metodologia está baseada na construção coletiva a partir dos grupos afetados, movimentos e instituições socioambientais que trabalham diretamente nos territórios e as que fazem conexão com o trabalho de comunicação e responsabilização no nível nacional. Entre os anos de 2015 e 2018 desenvolvemos nossas ações dentro de um conceito de trabalho embasado em premissas coletivas de colaboração e livre compartilhamento. Iniciamos, nesse processo, a concepção e desenvolvimento (ainda em fase de testes) da nossa plataforma digital que inclui o desenvolvimento de um banco de dados e um aplicativo de denúncias dentro de premissas da segurança da informação. Nossa perspectiva é expandir gradualmente o uso das nossas ferramentas digitais e da metodologia de atuação em outros biomas, povos e comunidades, interagindo com atores que já trabalham nessas regiões, ampliando a Proteja Amazônia para 'Ecossistema Proteja'.

Palavras-chave: Amazônia; Infraestrutura; Direitos Humanos; Cultura Digital; Rede; Povos e Comunidades Tradicionais

INTRODUÇÃO

O histórico de desenvolvimento proposto para a Amazônia é marcado por um padrão que não considera a consulta, o envolvimento e o interesse dos povos originários, das populações e comunidades tradicionais. É baseado na delapidação de recursos naturais que são a essência do modo de vida destes grupos. O modelo de desenvolvimento, imposto pela colonização, promove o "desenvolvimento" pautado na exploração dos recursos naturais primários de baixo valor agregado, no crescimento econômico de curto prazo e no custo socioambiental não compensado. Este padrão de surto exploratório não virtuoso, socialmente injusto e ambientalmente oneroso é conhecido na literatura como Ciclo Boom Colapso.

No Brasil, político e regulatório de 2018, vivemos um momento de retrocessos institucionais e socioambientais, de um liberalismo econômico e um direcionamento para o Estado mínimo de extrema direita, cujas consequências podem ser gravíssimas para os povos tradicionais. Os resultados da eleição de 2018 aumentou o clima de incertezas sobre a garantia de direitos importantes, em particular para autonomia de populações vulneráveis como povos indígenas, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária e pessoas que vivem nas periferias das cidades. O presidente eleito continua fazendo ameaças ao meio ambiente aos direitos dos povos tradicionais e ao respeito da demarcação de terras indígenas e quilombolas. Assim como – indica a proposta da saída do Brasil do Acordo de Paris, a desistência em receber a COP25 no Brasil em 2019, a flexibilização da legislação para favorecer a exploração de recursos na Amazônia e desqualificar o licenciamento ambiental.

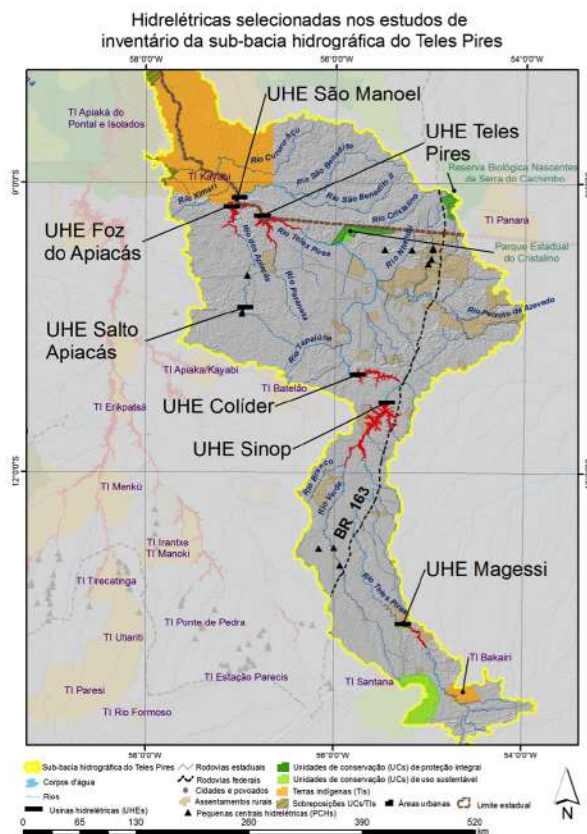
Este novo contexto político aponta como consequência direta o enfraquecimento das instituições intervenientes e do ataque aos marcos regulatórios de proteção de direitos socioambientais e dos direitos humanos. Diante deste cenário e do modelo de desenvolvimento (boom - colapso) historicamente adotado para a Amazônia, acende um alerta para um novo momento onde as tentativas de enfraquecimento do controle social e da criminalização de defensores socioambientais e movimentos sociais redireciona para estratégias precárias de segurança física e de informação de grupos sociais, bem como de instituições e movimentos de defesa de direitos.

Por outro lado, também exige a produção de informações técnicas e empíricas por estes grupos que mostrem aos setores da sociedade a quebra de valores humanos e ambientais, bem como as instituições de justiça a violação de direitos.

A implementação da política energética nacional na Amazônia, baseada na expansão de hidrelétricas nas bacias do Xingu, Madeira, Tocantins e Tapajós é um exemplo de violações de direitos e de problemas socioambientais que merecem cada vez mais atenção, pois marcam um novo ciclo bom colapso baseado na Infraestrutura na Amazônia que tende a se intensificar com a nova gestão federal, que inicia em 2019. Os casos das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Lajeado, Teles Pires e São Manoel estão carregados de processos na justiça sobre violações de direitos humanos e ambientais, onde os grupos sociais mais vulnerabilizados são os principais afetados. Somente o Ministério Público Federal, em 2018, na região do baixo Teles Pires (bacia do Tapajós) acumula cerca de 20 processos judiciais em andamento, na primeira e segunda instância da Justiça. As violações estão representadas pelos casos de não cumprimento das consultas prévias, pela ineficiência de órgãos intervenientes (FUNAI, IBAMA e IPHAN), por estudos incompletos de impactos socioambientais e pela falta de monitoramento das ações de mitigação e compensação. Todos estes pontos atingem fortemente direitos de povos e populações vulneráveis, que são em muitas vezes desprovidos de conhecimento técnico e de como lidar com as violações pelas vias da responsabilização.

Na Bacia do Tapajós, formada pelos rios Teles Pires, Juruena e Jamanxim e onde este projeto foca maior parte das ações territoriais, estão planejadas 38 hidrelétricas. Apenas no rio Teles Pires existem uma em fase de licenciamento e quatro em operação. Somando a estas existem mais 125 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) planejadas e em operação no Juruena, onde 100 estão na fase de planejamento e o restante em processo de licenciamento ou operação. No rio Tapajós e seus tributários, entre os estados do Pará e Mato Grosso, Pará são mais 7 UHEs planejadas, dentre elas a UHE São Luis do Tapajós, que sobrepõe diretamente terras indígenas e de populações tradicionais. O Tapajós também possui território com um dos maiores percentuais

de áreas protegidas e que abriga uma biodiversidade ímpar e tem o único Rio (Juruena) livre de UHEs e que conecta os biomas do cerrado e Amazônia.



Fonte: Ocekadi: *Hidreletricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós (International Rivers, Universidade Federal do Oeste Paraense - UFOPA, 2016)*

MATERIAL E MÉTODOS

Desde 2015, o Instituto Centro de Vida¹ (ICV), o Centro Popular do Audiovisual² e o Coletivo Digital³ desenvolvem junto com as comunidades indígenas e assentados da reforma agrária, ações de formação, diagnóstico, vigilância territorial e denúncia dos impactos que acontecem na região do baixo e médio Teles Pires (Bacia do Tapajós). Essas ações geraram dossiês, estudos técnicos, mobilização e material de comunicação para a incidência regional, nacional e internacional destes grupos, visando a autonomia na luta dos seus direitos. Esses materiais também subsidiam estratégias jurídicas e midiáticas, que são definidas com as comunidades,

¹ "Instituto Centro de Vida." <https://www.icv.org.br/>. Accessed 30 Dec. 2018.

² O Centro Popular do Audiovisual - CPA é voltado para a formação em comunicação popular com ênfase em audiovisual. Abriga atividades de cineclubismo, pesquisas e práticas em cibercultura, e coberturas colaborativas de temas ligados à movimentos sociais

³ "Coletivo Digital |." <http://portalnovo.coletivodigital.org.br/>. Accessed 30 Dec. 2018.

redes, instituições e movimentos sociais, que atuamos em parceria. Na esfera da incidência trabalhamos no âmbito das políticas públicas, comunicação, responsabilização por violações de direitos.



1. Rogerdson Rikbaktsa no canteiro de obras da usina Sao Manoel, abril 2015, foto:Caio Mota; 2. Mobilização ATL, Abril 2018, foto: Juliana Pesqueira; 3. Ações de articulação e advocacy na ONU, em Genebra, Outubro 2018, foto: Juliana Pesqueira; 4. Encontro do Fórum Teles Pires, abril 2016, foto: Caio Mota.

No âmbito nacional participamos e atuamos em conjunto com o GT Infraestrutura⁴, trabalhamos com a responsabilização de impactos ambientais e violação de direitos junto ao Ministério Público Federal no âmbito do GT Tapajós e Comissões nacionais e internacionais de direitos humanos. Na esfera regional articulamos a incidência e mobilização através do Fórum Teles Pires, da Rede Juruena Vivo, do Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento e Meio Ambiente - FORMAD. Nossa atuação nasce nas relações diretas com as comunidades que são a base da

⁴ Grupo da sociedade civil que desenvolve ações de aprendizagem e incidência sobre políticas de infraestrutura de energia e transportes no Brasil com vistas a contribuir com a democratização e a efetividade de Políticas Públicas de Energia e Infraestrutura, baseadas em princípios de justiça socioambiental

construção de estratégias de incidência nas políticas e na responsabilização. Uma atuação em rede que fortalece e protege os parceiros na luta pela defesa dos seus direitos ameaçados. Nesse contexto buscamos fortalecer as possibilidades de incidência no âmbito internacional com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Organização das Nações Unidas, por exemplo, dado o momento de forte ruptura institucional dentro do Governo Federal, que colabore com ações de responsabilização das violações de direitos.

Proteja Amazônia é uma plataforma que atua para fortalecer Povos e Comunidades Tradicionais no monitoramento e proteção de seus territórios impactados por grandes empreendimentos de infraestrutura e que lutam pelo direito à terra. Nossa metodologia está baseada na construção coletiva a partir dos grupos afetados, movimentos e instituições socioambientais que trabalham diretamente nos territórios e as que fazem conexão com o trabalho de comunicação e responsabilização no nível nacional. Não acreditamos em fórmulas prontas feitas sem a atuação nos locais afetados e sem o envolvimento das populações diretamente afetadas. Nossa metodologia tem capacidade de se moldar ao contexto, tornando a plataforma dinâmica.

Ao longo dos últimos três anos desenvolvemos nossas ações dentro de um conceito de trabalho embasado em premissas coletivas de colaboração e livre compartilhamento cujos pilares são a cultura digital, a atuação em rede, os direitos humanos e a justiça socioambiental.

A partir da cultura digital aliada à atuação territorial iniciamos a elaboração de nossa ferramenta digital de vigilância territorial, comunicação e responsabilização das violações de direitos humanos e ambientais cometidas por grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, com foco na bacia do Tapajós. É uma ferramenta que potencializa ações junto aos povos e comunidades impactadas a ganhar escala na sua incidência em conjunto com movimentos sociais, redes e instituições socioambientais, e de direitos e órgãos de fiscalização como o Ministério Público.

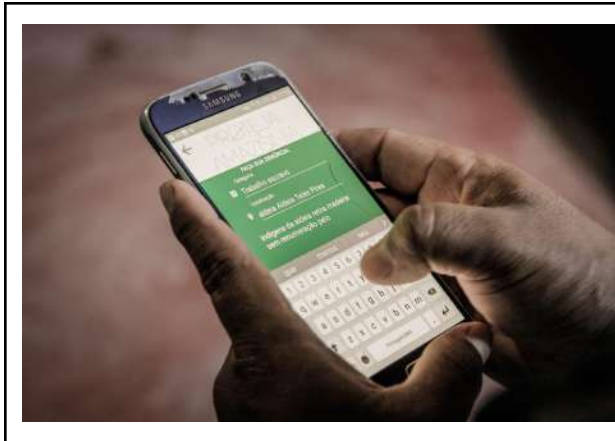
RESULTADOS E DISCUSSÕES

União e interconexão profunda entre tecnologia social e cultura digital. Trabalhamos no território, de forma coletiva, construindo com povos atingidos, articulando em rede com movimentos sociais e instituições socioambientais. Juntos criamos um ambiente seguro para denúncias, levantamos diagnósticos locais dos principais impactos, a fim de construir denúncias consistentes e satisfatórias aos anseios das comunidades atingidas. Por outro lado, ampliamos as vozes destas minorias utilizando nossa plataforma para produzir relatórios concretos e reais, que levam suas denúncias para coletivos comunicadores e grande mídia e ressoam em relatórios técnicos disponibilizados à tomadores de decisão para responsabilização. Criamos uma via de mão dupla, de baixo custo, com atores comprometidos, coletando informações dos territórios, produzindo relatórios técnicos-político-midiático, articulando redes locais, nacionais e internacionais para a responsabilização das violações.

O caráter participativo da plataforma é a principal inovação, pois se trata de uma rede de parceiros que compartilham de objetivos comuns. As soluções para os problemas são construídas conjuntamente e nosso compromisso está no protagonismo das comunidades impactadas. Partimos do pressuposto que os atores que vivem nos territórios são os que melhor podem apontar os problemas e construir soluções.

O segundo processo de inovação está no âmbito virtual e envolve um coletivo de programadores comprometidos com o movimento de software livre, o Coletivo Digital. Realizamos pesquisas nas comunidades ao longo do histórico de nossa atuação nos territórios impactados para sabermos as principais ferramentas de comunicação que são usadas para interação virtual. Com as pesquisas em mãos, constatamos que o acesso de lideranças comunitárias à internet, uso de *smartphones* e aplicativos de interação como whatsapp e facebook são bem altos, semelhantes ao uso e acesso em contextos urbanos. Essa característica estimulou o início da criação de um aplicativo focado na realização de denúncias de forma mais segura. Ele foi programado nas premissas das políticas de software livre e segurança da informação estruturando um banco de dados criptografado e seguro para armazenamento de um histórico de denúncias. O aspecto de

segurança dessas informações foi pensado de forma a garantir a total privacidade e anonimidade do usuário do app que se encontra no território impactado. O aplicativo começou a ser desenvolvido em 2016 e iniciou as fases de testes em 2017, que foi focada na inteligibilidade para melhor uso das lideranças comunitárias.



1. Testes do aplicativo de denúncias na Aldeia Teles Pires, Julho, 2017, foto:Caio Mota; 2. Eliano Waro e Elias Poxo em atividade do projeto dos quelônios da associação DACE, Janeiro 2018, foto: Juliana Pesqueira;



1. Lideranças Munduruku na ocupação do canteiro de obras da UHE São Manoel, Julho 2017, foto:Juliana Pesqueira; 2. Janete e seus filhos no enterro dos trabalhadores assassinados em Colniza, Abril 2017, foto:Caio Mota

Na outra ponta, a inovação está na utilização simultânea e complementar das informações em dois fluxos: incidência e comunicação. A incidência é realizada de forma multi-stakeholder pelas próprias comunidades, organizações e redes socioambientais e complementares com as ações de responsabilização do MPF e MPE, por exemplo. Uma preocupação é de que estas ações de escala nacional gerem um fluxo de informação de retorno às comunidades que retroalimentam

suas ações na escala regional e nacional. A comunicação possui um desafio contínuo: ser um instrumento que colabora com o empoderamento das populações locais sobre seus direitos e, ao mesmo tempo, ter a capacidade para acessar públicos fora do círculo da agenda socioambiental. Sensibilizar tomadores de decisão nas escalas regional, nacional e internacional, onde a incidência sobre o planejamento pode deflagrar uma mudança de pensamento que leva a outro modelo de infraestrutura para a Amazônia e não na Amazônia, o que significa um modelo inclusivo, resgatando valores que potencializa o desenvolvimento levando se em conta suas especificidades ambientais e culturais. O contexto ameaçador acontece ao mesmo tempo que vivemos uma ebulição tecnológica/comunicacional que pode impulsionar avanços significativos na construção coletiva de mecanismos de participação social e pressão política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o trabalho de denúncias, produção e tratamento da informação, bem como as ações de comunicação e incidência, tem como base a articulação territorial e a ação em rede regional e nacional. Nossa metodologia está baseada na construção coletiva a partir dos grupos afetados, movimentos e instituições socioambientais que estão trabalhando sobre determinada governança diretamente nos territórios e fazendo conexão com os parceiros de incidência no nível nacional e internacional. A metodologia tem a capacidade de se moldar ao contexto, tornando dinâmica/flexível a priorização dos dados na Plataforma atendendo as particularidades de incidência política e comunicação de cada realidade. Nesse sentido, nossa perspectiva é expandir gradualmente o uso da ferramenta na Bacia, começando pelo Teles Pires, Juruena e Tapajós sempre atuando em Rede. Pois, a proposta também é fortalecer a rede de parceiros locais/regionais que compartilham uma plataforma que reforça o protagonismos no fortalecimento do território e juntas subsidiam ações de formação, de comunicação, de responsabilização e incidência de grupos de atuação local em articulação com parceiros nacionais e internacionais. Como ferramenta de utilidade pública, a plataforma atua dentro da filosofia da cultura digital e do livre compartilhamento de informações deixando seus códigos de programação e desenvolvimento abertos para serem replicada/adaptada por parceiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso. IMAZON, 2007

ALARCON, D.; MILLIKAN, B.; TORRES, M. Ocekadi : hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós. International Rivers, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, 2016.

Desvalorizar o meio ambiente é um risco para todo brasileiro. Nota conjunta, Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_conjunta_sobre_propostas_meio_ambiente_-_versao_final_0.pdf.

REVISTA GALILEU. Entidades lançam manifesto em defesa do Meio Ambiente, out. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/10/entidades-lancam-manifesto-em-defesa-do-meio-ambiente.html>.

Ministério do Meio Ambiente. Ministro divulga nota sobre fusão com o MAPA, out.31. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/15199-nota-do-minist%C3%A9rio-do-meio-ambiente-sobre-fus%C3%A3o-com-o-minist%C3%A9rio-da-agricultura.html>.

BARRAGENS E POVOS INDÍGENAS NO RIO TELES PIRES: Características e Consequências de Atropelos no Planejamento, Licenciamento e Implantação das UHEs Teles Pires e São Manoel. Dossiê, Julhos, 2017.

Situação dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Dossiê, Novembro, 2018

SANTOS, Boaventura. Hacia una concepción multicultural de los derechos Humanos.